

1 Introdução

1. 1.

O conflito colombiano e as populações internamente deslocadas

De acordo com o *Internal Displacement Monitoring Centre*(IDMC)(2009), ao final de 2008 eram 26 milhões de pessoas caracterizadas como populações internamente deslocadas(PIDs) ao redor do mundo. É o maior número de deslocados desde o início da década de 90. Entre 1982, quando o primeiro levantamento sistemático sobre deslocados internos foi realizado e 2005, a proporção entre deslocados internos e refugiados, que era de 1 para cada 2,5, se inverteu (Weiss & Korn, 2006). Essas pessoas, que são forçadas a abandonar suas comunidades, normalmente em decorrência do conflito armado, mas que não chegam a alcançar as fronteiras do país, configuram um dos maiores dilemas humanitários e de direitos humanos da política mundial contemporânea.

O fenômeno dos deslocamentos internos de população na Colômbia figura de forma proeminente no que diz respeito a tais estatísticas. A Colômbia é o segundo país em número de deslocados, com mais de 4,3 milhões. Os outros casos de deslocamento de população de grande magnitude são o Sudão(5,8 milhões) e Iraque(2,9 milhões)(IDMC, 2009).

Além disso, o deslocamento interno na Colômbia não é um fenômeno homogêneo, mas atinge a população de forma diferenciada. Mulheres e crianças, assim como indígenas e populações afrocolombianas são grupos particularmente vulneráveis (Human Rights Watch(HRW), 2005,p.17).

O governo colombiano registra essas pessoas através de uma agência chamada Acción Social, que organiza o Registro Único da População Deslocada(RUPD). Como demonstrado por diferentes organizações¹, os números do governo colombiano subestimam a magnitude do fenômeno, e isso implica e

¹ A organização não-governamental Refugees International identifica diversos problemas com os procedimentos de inscrição dos deslocados no Sistema Único de Registro: pessoas deslocadas por repressão policial ou operação militar que não envolva outro ator armado não são consideradas; populações deslocadas como consequência da aspersão aérea de produtos químicos usados no combate às plantações de coca(aspersão que normalmente provoca não somente a destruição dos cultivos ilegais, mas de diversos cultivos vizinhos, além de aumentar a incidência de doenças respiratórias) também não são considerados (Refugees International, 2007).

diversas dificuldades de lidar com as necessidades das PIDs. As iniciativas políticas que implicam o reassentamento dos deslocados são conduzidas em áreas ainda inseguras e disputadas por diferentes grupos armados, obrigando algumas famílias a se deslocarem por mais de uma oportunidade(Refugees International, 2008).

1.2.

O Estado colombiano e sua relação com as PIDs

O Estado colombiano tem buscado tomar a iniciativa no sentido de lidar com esse fenômeno através de programas de assistência e do desenvolvimento de dispositivos legais. O marco jurídico de referência para o tratamento da questão dos deslocados na Colômbia hoje é a Lei 387 de 1997. Esse decreto reafirma a responsabilidade do Estado em “formular as políticas e adotar as medidas para a prevenção do deslocamento forçado; a atenção, proteção e consolidação e estabilização sócio-econômica dos deslocados internos pela violência”(El Congresso de Colombia, 1997).

Contudo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados(ACNUR), assim como organizações não-governamentais(ONGs) de defesa dos direitos humanos; têm reafirmado sistematicamente a intensificação das violações de direitos humanos por parte das forças militares do país, a colaboração direta com grupos de extermínio paramilitares e o assassinato de líderes de sindicatos e ativistas de direitos humanos; além da reiterada negligência das autoridades colombianas na investigação e punição dessas violações(Refugees International, 2008; HRW, 2005, p.12; Asamblea General, 2006, p.10-13).

Uma análise apressada parece nos apresentar um quadro contraditório por parte das políticas do Estado colombiano, uma vez que ele exerce papéis conflitivos na mesma conjuntura: é um dos principais agentes responsáveis pelo deslocamento e, ao mesmo tempo, vem tomando a iniciativa no desenvolvimento de políticas que visem lidar com esse fenômeno². Para produzir uma análise capaz de superar essa

² A lei 387 é considerada uma iniciativa pioneira no mundo todo, tendo sido aprovada antes da publicação do documento base da Organização das Nações Unidas para o tratamento do assunto, o

perplexidade, devemos nos propor a reconstruir as redes de significados nas quais a ação do Estado está envolvida através da identificação das estruturas sociais onde esses significados são gerados.

A premissa do trabalho é a de que a relação entre o Estado colombiano e as populações internamente deslocadas é condicionada por duas diferentes formas de se representar a segurança internacional: a lógica da ‘Guerra contra o Terror’ e a da segurança humana, que se consolidam na construção do espaço social do conflito colombiano. Tais representações estruturam as condições sociais dos diferentes contextos onde a ação do Estado toma lugar.

Para sermos capazes de empreender essa discussão devemos buscar um objeto que nos permita expor da forma mais contundente possível a contradição entre a pretensa incompatibilidade epistemológica entre essas duas representações e as complexas formas de articulação na qual eles se engajam em determinado contexto. Esse direcionamento da pesquisa nos permitirá por em relevo os diferentes usos dessas configurações, assim como suas implicações políticas.

O caso da relação entre o Estado colombiano e as PIDs durante o governo Uribe nos parece elucidativo porque articula de forma particular essas duas dimensões. A hipótese do trabalho é a de que, apesar dos diferentes representações informarem práticas que a princípio se excluiriam mutuamente, as singularidades de sua articulação no espaço social do conflito colombiano produzem uma convergência que tem como resultado a despolitização do papel do Estado na produção da violência e dos deslocamentos internos, tornando-o altamente resistente às críticas produzidas por parte das ONGs de direitos humanos. Desse modo o uso da segurança humana no contexto da relação entre o governo Uribe e os PID cumpre, dentro da lógica do espaço social do conflito colombiano, um papel de reforço da posição do Estado e do discurso da ‘Guerra contra o Terror’

1.3.

Marco teórico: filosofia da ciência relacional e teoria da ação disposicionalista

Defendendo, contra as abordagens empiricistas que dominavam o terreno da sociologia durante o período de sua formação acadêmica(Bourdieu, 1990, p.5), que o domínio do real não pode ser reduzido ao domínio do empírico, Pierre Bourdieu reformula a crítica kantiana que se volta para a necessidade de reconstruir as condições de possibilidades do conhecimento a partir da premissa de que esse conhecimento só é factível através da intervenção de categorias(cf. Pinto, 2000).

“... a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade. O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato”(Bourdieu et al., 2004, p.23)

Para entendermos como podemos aplicar a análise desses discursos para reconstruir os significados do contexto que pretendemos investigar, devemos proceder a uma observação desses significados através dos usos que essas representações adquirem nas relações entre tais agentes dentro de um dado contexto. Isso nos permitiria, antes de mais nada, nos resguardarmos contra a eventual reificação desses significados nas imagens dos atores do conflito, através das quais derivaríamos propriedades que lhes seriam intrínsecas. Esses sentidos comuns são freqüentemente apresentados no debate político em torno do conflito Buscaremos repensar essas relações através de um arcabouço teórico amparado numa filosofia da ação relacional e numa teoria da ação disposicionalista. Esses são os dois pilares através dos quais Bourdieu estrutura seu trabalho sociológico(Bourdieu, 2005, p.10).

1.3.1.

Filosofia da ciência relacional

Numa concepção relacional da filosofia da ciência, a ontologia do mundo social deixa de ser buscada nas propriedades intrínsecas às entidades presentes no

universo observável passa a ser reconhecida na objetividade das relações que tais entidades empreendem. Tais relações são fundamentalmente mapeadas a partir de dois conceitos: espaço social e posição social.

O conceito de espaço social cumpre, na discussão teórica de Bourdieu, dois objetivos fundamentais: dissociar a racionalidade das estratégias possíveis num dado contexto social das singularidades da subjetividade do ator concreto através do qual tais práticas se manifestam; e reconstruir historicamente os esquemas de percepção que estão por trás da racionalidade dessas estratégias de forma a ser sensível à posição que determinado agente ocupa (Bourdieu, 1990, p.127).

Através do conceito de posição social, buscaremos apreender a ação do Estado enquanto voltada para a reprodução da posição do Estado no espaço social do conflito colombiano. Isso nos permite conceber o Estado como um ator político dentro do conflito e não como a condição de inteligibilidade da existência política dos demais atores. Tal subterfúgio busca impedir que a análise empírica das ações políticas dos demais atores se reduza ao efeito dessas práticas sobre a distribuição de recursos e capacidades do Estado.

A opção por esse enquadramento relacional tem por objetivo enfatizar a objetividade das relações sociais, e oposição às representações mentais que os atores têm das mesmas. Mas as coordenadas do espaço e da posição social nos fornecem uma configuração estática, não podendo oferecer o guia prático por trás da racionalidade do agente. Por isso esse quadro teórico tem que ser suplementado com uma teoria da ação que se proponha a especificar o sentido da ação social.

1.3.2.

Teoria da ação disposicionalista

A filosofia relacional nos permite desvincular, conceitualmente, as propriedades da posição social da subjetividade do indivíduo concreto. A partir disso nós podemos nos propor teorizar sobre o conteúdo histórico da formação desses esquemas de percepção que subjazem às estratégias escolhidas por determinados atores. Para tornar tais tarefas possíveis Bourdieu recorre ao desenvolvimento de dois

instrumentos chave para a observação das práticas sociais: os conceitos de *habitus* e de campo.

1.3.2.1.

O *habitus*

Os atores consolidam esses esquemas a partir da sua socialização em diferentes conjuntos de relações, que oferecem os contextos dentro dos quais essas disposições são manifestadas, inibidas ou atualizadas(Lahire, 2004, p.30). O que Bourdieu propõe a partir do conceito de *habitus* é mapear a gênese dos padrões de percepção, pensamento e ação dos agentes(Bourdieu, 1990, p.123). O *habitus*, segundo Bourdieu, consiste em disposições incorporadas que atribuem um sentido não essencial, contudo não-contingente; à ação. O objetivo da introdução desse conceito é conferir uma coerência a comportamentos que são diferentes, mas que não são arbitrários, pois estão mapeados por um conjunto de orientações ligadas às posições a partir das quais o campo está organizado. A reprodução dessas posições e das relações sociais nas quais elas estão implicadas organizam a visão de mundo e restringem as possibilidades de comportamento dos agentes(Souza, 2003, Vandenberghe, 1999).

O *habitus* é produto da incorporação de necessidades objetivas. Mapear o *habitus* de um determinado grupo implica o reconhecimento de disposições adquiridas através da experiência, e portanto passíveis de serem modificadas no tempo e no espaço(Bourdieu, 1990, p.9). Ele produz estratégias que, mesmo que não sejam conscientes ou explicitamente formuladas, acabam por se mostrar enquanto um guia prático através do qual os agentes se adéquam logicamente a circunstâncias não antecipáveis. Essa razão prática é produto da exposição duradoura a condições em alguma medida similares às enfrentadas no momento da investigação, de forma que os agentes se adaptam às necessidades imanentes ao modo de funcionamento do mundo.

1.3.2.2.

O campo

O campo na categorização de Bourdieu, é uma arena social dentro da qual disputas e manobras têm lugar. Enquanto tal, o campo é um sistema estruturado de relações sociais, necessariamente eivado por hierarquias e assimetrias de poder. O campo é um dispositivo metodológico para viabilizar a análises de espaços sociais providos de complexos processos de diferenciação³. Pensar o espaço social em termos da análise de campos envolve o reconhecimento da centralidade das relações sociais para a análise social.

1.3.2.2.1.

O campo enquanto um espaço de posições

O campo deve ser entendido como um espaço de lutas, onde a relação entre as posições é marcada pela distribuição assimétrica dos diferentes tipos de capital(Souza, 2003). É importante para Bourdieu definir o campo enquanto um espaço eminentemente conflitivo, porque o objetivo de se mobilizar uma pesquisa empírica a partir destes conceitos é dar sentido às entidades que organizam o mundo

³ Em um determinado momento de sua discussão, Richard Jerkins(1992) aponta para a ambigüidade do trabalho de Bourdieu no que diz respeito ao status ontológico de seus conceitos. Segundo ele, não existe clareza se o conceito de campo de Bourdieu se refere a algo que existe efetivamente na consciência dos atores envolvidos ou se se trata meramente de um constructo analítico(Jerkins, 1992, p.89). Os demais comentadores de Bourdieu não enxergam essa ambigüidade. Eles optam pela segunda interpretação, a de que os conceitos centrais da sociologia de Bourdieu devem ser interpretados como convenções, uma vez que a sua adequação não é avaliada em termos de sua proximidade com a realidade, mas de sua utilidade para o exercício prático da pesquisa social. Para Lahire(1999) e Martín Criado(2008), essa interpretação é implícita à sua utilização do conceito, sendo que eles não se dão nem mesmo ao trabalho de discutí-la. Frédéric Vandenberghe recorre às influências de Bourdieu para defender essa tese, e o faz justamente por se posicionar criticamente a esse viés convencionalista que ele associa ao trabalho de Bourdieu: “A realidade empírica é concebida como um reflexo analógico das relações entre elementos que o modelo teórico postula como uma estrutura hipotética, porém invisível. ‘A teoria, como um sistema de signos organizados de modo a representar, através das suas próprias relações, as relações entre os objetos, é uma tradução, ou melhor, um símbolo articulado àquilo que simboliza por meio de uma lei de analogia’ (Bourdieu 1968: 689). ... Como resultado deste estratagema convencionalista, as proposições sociológicas não são mais tidas como capazes de capturar o mundo tal como ele é, mas ceticamente reduzidas ao *status* de (re)descrições da “realidade” que não podem ser nunca mais do que artificios heurísticos desenvolvidos para representar ou “salvar” analogicamente os fenômenos”(Vandenberghe, 1999, p.13-14).

social a partir do entendimento das relações de força que são colocadas em ação pelas mesmas.

As posições sociais são organizadas num espaço social objetivo, mas tal espaço é resultado da sobreposição de vários campos através dos quais estas relações estão estruturadas. A partir da estruturação dessas relações, as entidades que vão se relacionando vão adquirindo propriedades e delimitando posições dentro do campo. Não é possível definir os limites do campo fora do contexto das práticas sendo estudadas, pois o campo não é ontologicamente anterior às práticas que o constituem:

“Campos devem ser vistos como sistemas de posições dominantes e subordinadas nos quais cada posição epistêmica, que é contingentemente concretizada na forma de uma instituição, organização, grupo ou indivíduo empíricos, obtém suas propriedades distintas do seu relacionamento interno com todas as outras posições epistêmicas.”(Vandenberghe, 1999, p. 33)⁴

1.3.2.2.2.

O campo enquanto um espaço de dominação

Para que um determinado conjunto de relações sociais possa ser entendido como um campo, é preciso que seja estabelecida uma lógica distinta em torno dessas relações e que um conjunto de pressupostos intersubjetivamente compartilhados viabilize a comunicação entre aqueles envolvidos no campo. Porém, como coloca Bourdieu, as relações de comunicação são, de modo inseparável, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulado pelos agentes(Bourdieu, 2006, p.11).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. O objetivo é usar os recursos analíticos de Bourdieu de modo a colocar em relevo a dimensão simbólica que se manifesta nos discursos da ‘guerra ao terror’ e da segurança humana para, a

⁴ Essa e as demais citações em língua estrangeira presentes nessa dissertação foram livremente traduzidas para o português pelo autor.

partir do reconhecimento do uso diferenciado desses recursos simbólicos em contextos sociais específicos expor suas implicações políticas.

A possibilidade do intercuro social que se verifica em um campo presume a objetividade de certas regras que são reconhecidas e instrumentalizadas (Vandenberghe, 1999, p.34). Contudo é preciso dissociar a capacidade de reconhecer objetivamente esse intercuro e a pretensa neutralidade de tais regras para os resultados do jogo social. Existe, portanto, a necessidade de associarmos a lógica das relações implicadas num determinado campo à performance das posições dominantes de estabelecerem e consolidarem essa lógica.

Bourdieu busca incorporar essa dimensão performativa da ‘construção do consenso’ para reinseri-la na lógica conflitiva do campo através do conceito de poder simbólico. O conceito visa apreender a função social e política do simbolismo, que não pode ser reduzida a sua função de comunicação. Ao ressaltar as duas primeiras funções em detrimento da terceira, o trabalho de Bourdieu opta conscientemente por uma politização radical do processo de produção de sentido no mundo social:

“O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma ‘concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (Bourdieu, 2006, p.9)

1.3.2.2.3.

O campo enquanto um espaço gerativo

O foco da investigação na autonomia relativa desse conjunto de relações se justifica, no trabalho de Bourdieu, pela especificidade dos bens sociais que são produzidos e circulam nesse espaço. Ele busca pensar a objetividade desses conjuntos de relações através da objetividade dos bens em torno dos quais essas relações estão, de uma certa forma, ‘organizadas’. O conceito de campo é voltado especificamente para a identificação das práticas que incorrem na produção desses

bens simbólicos. Ele é voltado, em sua gênese, para o entendimento da ação destes profissionais da produção simbólica.

“O conceito [de campo] se aplica a grupos de especialistas que conseguem uma autonomia relativa, tanto na elaboração das suas produções, como principalmente na elaboração dos critérios de validade com os quais julgam as mesmas. A autonomia de um campo não é um dado *a priori*: é o resultado de um processo histórico de autonomização que sempre vem acompanhado de uma revalorização simbólica dos especialistas”(Martín Criado, 2008, p.16)

Para os objetivos do trabalho não basta sermos capazes de entender a autonomia relativa do conjunto de relações sociais que se desenvolvem através da veiculação dos discursos da ‘Guerra contra o Terror’ e da segurança humana. Devemos propor uma forma de entender como a dimensão produtiva que advém dessa autonomia gera impactos sobre outros espaços sociais que não aqueles onde esses sentidos são produzidos.

1.3.2.3.

Os limites do conceito de campo

Apesar da identificação dos campos, conforme levantado acima, ser um elemento fundamental para a realização de nossa análise, os processos de socialização sobre os quais devemos nos debruçar não podem ser trabalhados unicamente através das propriedades do conceito de campo. Isso porque, tendo como eixo de sua análise o processo de produção de bens simbólicos, o conceito de campo é dotado de características muito específicas, de modo que nem todo o contexto pertinente de atividade social é passível de ser concebido enquanto um campo. Lahire argumenta que, se partíssemos das propriedades que Pierre Bourdieu associa ao conceito de campo para tentarmos, com base nele, construir uma teoria da ação social; teríamos que presumir que os agentes sociais cumprem sempre o papel de produtores de bens sociais(em vez de consumidores); que a sua inserção num dado processo de socialização depende do seu posicionamento enquanto profissional de um determinado campo de práticas(em contraponto a posição de amador) e que tal processo de socialização é sempre contínuo (não pode ser interrompido, inibido ou

obstruído por outros processos de socialização)(Lahire, 1999, p.34). Nós podemos estar investidos da *illusio*⁵ própria a um universo social sem que esse universo combine o conjunto de propriedades que me permitiriam caracterizá-lo como um campo(Lahire, 1999, p.33).

Desse modo, devemos propor, junto com Bernard Lahire, que a teoria dos campos não esgota a realidade dos processos de diferenciação social(Ibidem, p.23). Para que nos mantenhamos dentro de um registro de uma filosofia de pensamento relacional e de uma teoria da ação disposicionalista; mas partindo para a análise de universos sociais que não incorporam as propriedades pertinentes ao conceito de campo, buscaremos reapresentar essa formula como uma composição entre disposições e contextos, como em Lahire(1999) quando ele afirma que:

“as práticas não podem ser compreendidas em outro lugar que não no ponto de junção de um passado incorporado (que designamos pelos termos de cultura, de representações, de disposições...) com o contexto social presente no qual a prática se observa”(Lahire, 1999, p.37)

1.4.

Divisão do trabalho

1.4.1.

A ‘Guerra contra o Terror’

No próximo capítulo, abordaremos o contexto da relação entre o Estado colombiano e os diferentes grupos armados, uma vez que esse é o contexto por trás da origem do fenômeno dos deslocamentos internos de população. O engajamento numa guerra contra o terror e o conseqüente adesão a uma coalizão mundial anti-terrorista

⁵ Sobre o conceito de *illusio*, Bourdieu diz que se trata de uma propriedade inerente à todo universo social, de forma que o que é vivido como evidência na *illusio* parece ilusório para quem não participa dessa evidência, pois não estão sobre o exercício da influência que os jogos sociais têm sobre os agentes socializados. Essa relação desenvolvida entre o agente não socializado e a dinâmica do jogo social é chamada de *ataraxia*(Bourdieu, 2005, p.140).

liderada pelos Estados Unidos são constantemente evocados pelo governo colombiano no momento de justificar sua atuação em relação ao grupos insurgentes.

Buscar analisar o conflito colombiano, durante o mandato do Presidente Álvaro Uribe, recorrendo ao discurso da Guerra contra o Terror não tem por objetivo reduzir o entendimento da postura de Uribe em relação ao conflito à sua adesão a esse discurso. O que se pretende investigar é de que forma a ‘Guerra contra o Terror’ intervêm na legitimação da postura do governo em relação ao conflito.

Para procedermos a essa análise, o primeiro passo consiste em dissociar a reorientação da estratégia global americana da apropriação que é feita, por parte do governo colombiano, do discurso da guerra contra o terror. Como argumenta Todd Landman(2006), países em circunstâncias diferentes se associam a essa percepção de ameaça para responderem a fenômenos diferentes dos enfrentados pelos americanos. Portanto, para entender os efeitos da ‘Guerra contra o Terror’, precisamos recorrer à análise dos diferentes contextos sociais na tentativa de entender a singularidades dos processos de socialização de tais práticas.

Buscaremos recuperar o papel que esse discurso cumpre no espaço social do conflito colombiano através do trabalho de Didier Bigo e o que ele qualifica como o *habitus* da ‘governamentabilidade da inquietude’(cf. Bigo, 2002). Com esse conceito, ele busca caracterizar as práticas dos profissionais que exercem controle sobre os aparelhos de segurança em suas diferentes instâncias(policial, militar, controle alfandegário, imigração,etc.), assim como os esquemas de percepção e racionalidade que guiam seu comportamento.

No âmbito internacional, assim como no contexto do conflito colombiano, tais dispositivos de segurança têm estado presentes e têm sido acionados recorrentemente. O que caracteriza o papel que esses dispositivos passariam a exercer depois do 11 de setembro seria, segundo ele, a des-diferenciação da segurança interna e externa(Bigo, 2006, p.14), um processo que já vinha ganhando momento ao longo dos anos 90 com o novo papel das tecnologias de informação e monitoramento que se tornaram disponíveis; mas que alcançam uma nova magnitude por ocasião do ataque de uma organização não estatal ao Estado militarmente mais bem preparado do mundo.

Contudo, esse processo de diferenciação nunca foi completo em países de Terceiro mundo. Na Colômbia, muito antes do 11 de setembro, os procedimentos de segurança interno e externo sempre foram indissociáveis. Como afirmam Alain Rouquie e Stephen Suffern(1994), o que formaria a identidade do exército colombiano não seriam as guerras internacionais, nas quais o país praticamente não se envolveu; mas o conflito doméstico. Dessa forma, o trabalho vai buscar fazer uma análise recente das práticas do Estado associando suas respostas em relação ao conflito à reativação dessa gramática social.

1.4.2.

A segurança humana

O objetivo desta segunda parte é fazer uma discussão sobre o uso do conceito de segurança humana de forma a produzir uma análise crítica das políticas para o atendimento das PID, enfatizando o período do governo Uribe. A extensividade do conceito de segurança humana nos permite que nós o usemos para lidar com uma ampla gama de objetos, das campanhas para banir o uso de minas terrestres à discussão sobre a ‘Responsabilidade de Proteger’ e a defesa do Protocolo de Kyoto. Existe uma disputa sobre qual deveria ser o significado apropriado da segurança humana. Christian Büger(2006) argumenta que a insistência de muitos acadêmicos a questão da definição é intelectualmente contra-producente. Em vez de nos atermos às propriedades e fronteiras a serem demarcadas por uma possível formalização do conceito, devemos poder avaliá-lo pela função social cumpre nos entendimentos contemporâneos de segurança internacional. Da mesma forma, Sabina Alkire(2003) reforça esse argumento quando diz que o mais importante de se propor uma definição sobre segurança humana é se seja flexível o suficiente para se adaptar aos diferentes contextos. Na busca de uma formulação que seja operacionalizável, ela propõe que o conteúdo normativo que se encontra na essência do conceito seja transformado em políticas concretas caso-a-caso (Alkire, 2003, p.6)

Contudo, por enfatizar as propriedades comunicacionais do conceito, Tanto Büger quanto Alkire se restringem a uma descrição do entendimento disseminado no

senso comum dessas práticas. Dessa forma, suas abordagens não conseguem apreender a função política que é exercida pelo uso do conceito em seus diferentes contextos. É a esta tarefa que se concentra o trabalho de autores como Oliver Richmond e Mark Duffield. Através de argumentos diferentes, o que esses autores tentam entender é como noções como a de segurança humana, e as políticas que são baseadas nessas formulações, são parte de um sistema de governamentalidade que termina por reproduzir as hierarquias que, através de seu conteúdo normativo, presumiria ser capaz de superar. Considerando a importância dessa dimensão política, nós tentaremos explorar a ambigüidade do significado da segurança humana para através disso pensarmos criticamente sobre suas implicações sociais e políticas.

O trabalho buscará viabilizar tal análise repensando a noção de segurança humana através do conceito de campo. Por propósitos metodológicos, nós analisaremos a segurança humana explorando separadamente três diferentes dimensões do conceito de campo: a dimensão conflitiva- diferentes posições e diferentes racionalidades disputando a afirmação do significado legítimo da segurança humana; a dimensão de dominação- as redes de governamentalidade que se articulam através desse conceito; e a dimensão produtiva- objetos sociais constituídos pela expertise desses praticantes (nesse caso, uma análise da edificação de um corpo normativo internacional para a proteção internacional das PIDs) e que reflete a ambigüidade do conceito sobre a construção de outros espaços sociais. Feito isso, nós utilizaremos essas reflexões como instrumentos para analisar como esses elementos influenciam a relação entre o Estado colombiano(e particularmente o Governo Uribe) e as PIDs.

1.4.3.

Conclusão

No capítulo conclusivo, buscaremos recuperar esses elementos para argumentar em que medida, conforme proposto na hipótese, o uso do discurso da segurança humana, manifestado através das políticas desenvolvidas para o atendimento das PID, reforça a despolitização do papel do Estado na produção da

violência no espaço social do conflito colombiano. Essa despolitização implicaria a restrição dos espaços de diálogo da esfera pública onde as diferentes dimensões da questão dos deslocamentos internos de população poderiam ser tematizadas (como o aumento da concentração de terra e da pobreza no interior da Colômbia; e a estigmatização a que essas pessoas são sujeitas nas grandes cidades). Ao estabilizar o papel do Estado como o agente provedor da segurança, o uso da segurança humana conseqüentemente converge com o esforço do governo Uribe de se engajar numa ‘Guerra contra o Terror’.